

OS DESAFIOS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE UMA ALUNA SURDA NUMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ-PE

Zélia Macena de Matos; Ana Cristina Batista de Souza Rosa.

Resumo: A inclusão escolar deve busca atender as demandas de aprendizagens de todas as pessoas de acordo com suas especificidades, proporcionando a participação nas diversas atividades pedagógicas e de interação social. Referindo-se às pessoas surdas, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 06/07/2015 e o Decreto nº 5.626, de 22/12/2005, o ambiente escolar inclusivo necessita ter presente em seu cotidiano a educação bilíngue, caracterizada pela presença da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, paralelo à língua portuguesa, como possibilidades de inclusão e aprendizagem da pessoa surda. Este estudo de caso tem como objetivo analisar os desafios encontrados para a inclusão de uma estudante surda em uma escola pública localizada no município de Itambé - PB. A metodologia utilizada foi à pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, com informações coletadas por meio da observação sistemática registradas em diário de campo. As técnicas utilizadas foram a entrevista e questionário com as professoras da sala de aula regular e da sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE. Os resultados apontaram para a urgência da implementação da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, no ambiente escolar, principalmente na sala de aula regular, pois, a aprendizagem bem como a interação com os pares por parte da estudante e destes para com esta, fica prejudicado pela ausência de estratégias e metodologias que promovam a inclusão da estudante que, tem apenas no AEE, a possibilidade de aprendizagem e uso da Libras.

Palavras-chave: Inclusão; Surdez; Libras; Escola; Atendimento Educacional Especializado.

Introdução

Este artigo versa sobre o processo de inclusão de uma estudante surda em uma escola pública localizada no município de Itambé – PE.

Nosso ponto de partida são nossas vivências pedagógicas na coordenação do serviço de Atendimento Educacional Especializado - AEE, onde nos deparamos com a ausência de práticas inclusivas no contexto escolar. Neste caso específico, a ausência dessas práticas se caracteriza pela falta de formação adequada por partes dos docentes, pela ausência de profissionais de apoio que deveriam compor o quadro da escola, como o intérprete de Libras e o professor especializado no ensino da língua portuguesa para pessoas surdas.

A legislação brasileira que trata sobre a inclusão e a educação das pessoas com ou sem deficiência, como Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.694/1996, e especificamente a Lei Brasileira de Inclusão LBI nº13. 146, de

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br¹

www.cintedi.com.br

06/07/2015, indicam que a educação é um direito de todas as pessoas e que precisa ser oferecida com qualidade. Deste modo, as pessoas precisam ser atendidas na escola de acordo com as suas necessidades e diferenças.

A relevância deste estudo se dá pelo fato de que, apesar da existência da Lei nº 10.436, de 24/04/2002 e do Decreto 5.626, de 22/12/2005, que determinam a inclusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como disciplina curricular nos cursos de formação docente, dentre outras especialidades e trata da formação de professores e instrutores de Libras, assim como da educação bilíngue desde a educação infantil para a pessoa surda, nos dias atuais, ainda tem sido frequente encontrarmos estudantes surdos/as isolados inclusive, da própria cultura surda.

As informações foram coletadas por meio de observações realizadas na sala de aula regular e de Atendimento Educacional Especializado – AEE, além de questionário aplicado com as docentes da estudante.

Pensando em nossa prática na coordenação do serviço de Atendimento Educacional Especializado no município de Itambé-PE, e preocupadas com a inclusão das pessoas surdas, é que buscamos responder a seguinte questão: Quais são os desafios encontrados para a inclusão do/a aluno/a surdo/a nesta escola pública?

Para responder nossa pergunta realizamos um estudo de caso, onde propomos como objetivos: identificar os desafios encontrados para a inclusão de uma aluna surda de uma escola pública, localizada no município de Itambé - PE. Especificamente buscamos analisar os entraves para a inclusão da pessoa surda, com base nas observações feitas na sala de aula e nos questionários aplicados com as professoras da sala regular e do AEE.

Problematizar as situações de inclusão da pessoa surda é importante, para refletirmos sobre a eficácia da legislação na garantia de seus direitos, assim como pensarmos estratégias pedagógicas que contribuam para promover a inclusão desses sujeitos nos diversos contextos sociais.

No decorrer deste artigo, no primeiro momento trataremos sobre as pessoas surdas e a língua de sinais, discutiremos sobre a inclusão escolar, seus fundamentos e o atendimento educacional especializado para surdos. Em um segundo momento, apresentaremos a caracterização do campo de pesquisa e seus sujeitos. E no terceiro momento trataremos sobre os resultados da pesquisa.

2. A pessoa surda e a Língua de Sinais

De acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde – OMS considera-se que 10% da população em todo o mundo apresentam problemas auditivos. O censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE informou que 9,7 milhões de pessoas tem deficiência auditiva. Cerca de um milhão são pessoas jovens de até 19 anos que tem uma perda severa na audição. (BRASIL, 2016).

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência iniciou-se na década de 1950. A primeira escola de surdos foi criada pela Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857, através do imperador D. Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, com o nome de Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Esta instituição, ainda existe com o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES (ALMEIDA, 2013).

A Língua Brasileira de Sinais – Libras, foi reconhecida no Brasil como língua oficial dos surdos por meio da luta das comunidades surdas através da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, como também através do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Damazio (2007) assim como a legislação, afirmar que a primeira língua das pessoas surdas é a libras e a segunda língua a portuguesa na modalidade escrita, sendo recomendada a formação inicial e continuada de professores e intérpretes na Língua Brasileira de Sinais.

Quando nos referimos à língua de sinais, estamos falando de uma língua viso-espacial que tem uma gramática e vocabulário específicos, não dependente da língua oral. A Libras é utilizada pelos surdos, alguns ouvintes como professores, intérpretes, parentes de surdos e outras pessoas que se interessam pela cultura surda.

No contexto escolar, a educação de pessoas surdas, nem sempre ocorre de modo adequado, pela ausência de profissionais especialistas em Libras, gerando o isolamento desses alunos e o fracasso no processo educacional. O estudante surdo se encontra em desigualdade linguística em sala de aula, não compartilhando uma língua com os que estão na sala de aula e na escola como um todo, sem garantia de acesso aos conhecimentos. (LACERDA, 2006).

O Estado Nação, precisa pensar em estratégias que apoiem as escolas na inclusão dos estudantes surdos nos vários processos de ensino aprendizagens, valorizando a cultura surda que é:

(...) o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (STROBEL, 2016, p.29).

Dessa forma, será possível a comunidade escolar compreender que os surdos têm a sua cultura, ou seja, seus modos de vida e de aprendizagens que são visuais-gestuais.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br³

www.cintedi.com.br

3. A inclusão escolar e seus fundamentos

A educação na perspectiva da inclusão tem como objetivo proporcionar oportunidades equânimes de aprendizagem, de forma que todas as pessoas desenvolvam as atividades escolares, dentro de suas capacidades. Sendo assim, as práticas inclusivas devem buscar minimizar e eliminar as barreiras de acessibilidade e atitudinais que possam existir diante da aprendizagem.

O Ministério da Educação e Cultura - MEC, ao longo dos anos, busca cumprir acordos internacionais relacionados à inclusão das pessoas, combatendo todas as formas de discriminação. As principais diretrizes internacionais que embasam a concepção de educação inclusiva no Brasil são a Convenção dos Direitos da Criança (ONU 1989), a Declaração de Educação para Todos (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2004). Esses documentos fizeram com que o MEC, ressignificasse o sentido da educação para a pessoa com deficiência, a qual vem ganhando novos olhares ao longo dos anos.

Em 2008, o Ministério da Educação e Cultura, efetivou ações no âmbito escolar, ampliando a assistência aos/às estudantes com deficiências, com a criação da sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE. A proposta é que os estudantes com deficiência frequentem a sala regular da escola em um turno e no contra turno, a Sala de Recursos Multifuncionais - SRM, recebendo um atendimento especializado pelo professor de Atendimento Educacional Especializado – AEE. Esse atendimento deve ser pensado para o desenvolvimento de suas capacidades e suprimento de suas necessidades de aprendizagem.

De acordo com os dados apresentados pelo Ministério da Educação, o censo escolar da educação básica 2017, o índice de inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular passou de 85,5% em 2013 para 90,9% em 2017. Os dados vislumbram que o Brasil vem aumentando o número de pessoas com deficiência nas escolas. Todavia, estar na escola não garante a inclusão da pessoa com deficiência.

3. O Atendimento Educacional Especializado para estudantes surdos

As Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE (2009), prevê no seu artigo 2º que: “O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e

estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem”. Nesta direção, o AEE tem o objetivo de complementar à escolarização dos estudantes com deficiência, buscando estratégias específicas de aprendizagem por meio de recursos e tecnologias assistivas, tendo como foco a inclusão desses estudantes.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva (2008) oferta o Atendimento Educacional Especializado – AEE como uma forma de contribuir para a eliminação das barreiras que geram a exclusão. Deste modo, o AEE:

(...) identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p.272-273).

Neste contexto, para atuar na sala de recursos multifuncionais e fazer o atendimento educacional especializado os professores precisam ter formação específica para que possam atender com qualidade a cada estudante, devendo ter conhecimentos imprescindíveis para a avaliação das necessidades e potencialidades destes, como também identificar e planejar os recursos e intervenções necessárias à aprendizagem de cada um.

Deste modo, a formação do professor é um fator fundamental e que influencia na qualidade do ensino ao estudante surdo, tendo em vista que é relevante na definição dos rumos específicos na educação inclusiva (DORZIAT, 2011).

O AEE para os estudantes surdos é composto por três momentos didático-pedagógicos que são: O do AEE em Libras, que é o momento em que todos os conhecimentos dos diferentes conteúdos curriculares, são explicados em Libras por um professor, de preferência surdo; O AEE para o ensino de Língua Portuguesa, que é o momento do ensino do português como segunda língua para as pessoas surdas. Este momento, de acordo com Damázio (2007), deve ser realizado todos os dias, assim como as aulas regulares, sempre no contra turno, por uma professora de língua portuguesa, graduada nesta área; O AEE para o ensino de Libras, momento em que os estudantes surdos têm aulas de Libras a fim de ampliarem seu vocabulário na referida língua.

4. Metodologia

Este estudo de caso de abordagem qualitativa possibilita o detalhamento de fatos e significados, se preocupando com o andamento e a qualidade do processo. Segundo Richardson (2015) a pesquisa qualitativa se caracteriza pela tentativa de compreender de forma detalhada dos significados e características de uma determinada situação.

Os procedimentos utilizados foram: observação na sala de aula regular e na sala de AEE com registros de nossas percepções em diário de campo. Pretendíamos realizar a entrevista com as professoras, mas aplicamos o questionário junto às docentes da estudante surda em razão das dificuldades de realizarmos as entrevistas, pois as professora não dispunham de tempo para nos atender.

Com o objetivo de analisar o processo de inclusão da estudante em foco, procuramos através da observação e questionário com as docentes, identificar de que forma a aluna surda participa das aulas, como se dá a sua interação com a professora e com os colegas de classe e como as atividades são propostas e realizadas.

A análise de dados foi feita com base na análise de conteúdo de Bardin (2011, p. 27), que a define como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, sendo marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”. Este tipo de análise busca compreender o conteúdo dos textos apresentados, descrevendo-os e interpretando-os.

A escola, campo da pesquisa está localizada na zona urbana, no município de Itambé – PE. A economia local deste município é baseada na agricultura da cana de açúcar e mandioca e no comércio de produtos industrializados. A escola tem em torno de 350 alunos, 17 docentes, 1 secretária, 1 gestor e 1 gestor adjunto, 1 coordenadora, uma auxiliar de disciplina, 3 auxiliares administrativos, 2 auxiliares de serviços gerais e 2 vigilantes. A instituição funciona nos turnos manhã e tarde com ensino fundamental do 1º ao 5º ano. A escola conta com ambientes como salas de aulas, espaço de recreação, biblioteca, banheiros, secretária, cantina com espaço para merenda. Como a escola não dispõe de sala de AEE, a estudante a frequenta em outra escola do município.

Os sujeitos da pesquisa foram: 1 professora da sala regular formada em Pedagogia que atua no magistério há 5 anos; 1 professora formada em Pedagogia, com especialização em AEE e com 4 anos de atuação nesta área.

A aluna surda tem 6 anos de idade, cursa o 1º ano do ensino fundamental, possui laudo médico e não está alfabetizada em Libras, mas é assídua na escola e no AEE. Os dados foram coletados durante o mês de abril do ano de 2018.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção buscamos analisar os dados coletados dos questionários que as professoras responderam e das observações em sala de aula.

No que se refere à participação da estudante surda nas atividades em sala de aula, regular afirmou que *“A educanda demonstra muito interesse nas aulas, é visivelmente participativa em todas as atividades propostas na sala. Ela dança, brinca, pula, aplaude, faz leitura visual dos livros de histórias e faz atividades escritas, etc”*.

A resposta na docente trata de uma aluna sempre interativa em sala de aula. No que se refere às atividades lúdicas, a criança pode estar agindo por reflexo ou intuição, imitando os demais colegas, sem necessariamente compreender o que está acontecendo. Nas observações pudemos observar a menina isolada a maior parte do tempo no contexto da sala de aula.

De acordo com Dorziat, Lima e Araújo (2007, p.17) *“as pessoas surdas são aquelas que desenvolveram ao longo de suas vidas estratégias visuais-gestuais de apreensão e de expressão de mundo, constituindo o que se passou a denominar de cultura surda”*. A aluna tenta apreender o mundo através da visão. Por isso, é interessante que professores e professoras em sala de aula estimulem a aprendizagem das crianças surdas através de estratégias de ensino visuais-gestuais e isso inclui o uso da Libras para que, a criança entenda o contexto e as regras sociais. Essas estratégias são de grande importância para o avanço da aprendizagem da criança surda.

Na sala de aula a comunicação acontece por meio de gestos e mímicas, pois a professora e os colegas não sabem a Libras. A docente ao ser questionada se percebe o desenvolvimento da aprendizagem da aluna surda respondeu que: *“Sim, no reconhecimento das letras do alfabeto, como também vem escrevendo com mais legibilidade e facilidade”*.

A professora ressaltou que a aluna consegue reconhecer as letras do alfabeto, não deixando claro como este reconhecimento acontece, quando o ideal seria primeiro, o reconhecimento em Libras, seguida da língua portuguesa escrita. É possível inferir que a aluna é uma copista, pois escreve do quadro, mas não reconhece e nem lê o que está escrito.

Durante as observações, presenciamos uma atividade em que as crianças iam ao quadro com letras do alfabeto para montar uma determinada palavra, mas a aluna surda permaneceu sentada durante a atividade, não tendo por parte da docente nenhuma iniciativa em fazê-la interagir com o grupo e o objeto de aprendizagem.

É necessário pensar que a Libras precisa estar presente no processo de ensino e aprendizagem da criança surda, pois é através desta que ela irá desenvolver habilidades de compreensão dos conteúdos que vão sendo apresentados. De acordo com Strobel,

(...) a língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, e que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal (STROBEL 2016, p.53).

É por meio da língua de sinais que a comunicação acontece, oportunizando aos surdos a aquisição de conhecimentos e a construção da identidade surda.

Na questão que trata sobre como a aluna realiza as atividades propostas, ou seja, se apresenta alguma dificuldade, a professora respondeu: *“Ela realiza todas as atividades com gosto e prazer, sem apresentar grandes dificuldades”*.

A professora relatou que a aluna realiza as atividades sem dificuldades, porém é preciso questionar como isso se dá, tendo em vista que a professora não conhece a língua de sinais para interagir e explicar à atividade à criança. As atividades são as mesma utilizadas para todas as crianças.

Ao questionarmos sobre as necessidades da aluna, a professora respondeu: *“Ela necessita de uma intérprete de Libras para auxiliar na comunicação, pois esta é a maior barreira enfrentada”*. A principal necessidade da aluna, na visão da professora é a presença de um intérprete de Libras para dar suporte à comunicação.

A escola não dispõe de intérprete de Libras. Na realidade esse é um problema do município que não dispõe de pessoas especializadas na área de educação de surdos para contratação. E como afirma a professora, a ausência de uma intérprete de Libras dificulta totalmente a interação social da aluna com os demais colegas e com a docente que não se sente “obrigada” a aprender a Libras, segundo seu desabafo, durante o período de observação.

Para agravar ainda mais a situação, a aluna não está alfabetizada em Libras, o que seria prioridade, pois de acordo com Pereira, Alves e Chaves (2015, p.159):

Durante o processo de alfabetização, a criança surda precisa ser estimulada de modo que o seu processo de aprendizagem seja garantido, sendo que essa garantia se faz possível através de um ambiente em que a estimulação visual seja a principal ferramenta usada durante esse processo. Dessa maneira, o sujeito surdo irá aprender o português escrito por meio de sua língua natural. Portanto, pretende-se afirmar que a aprendizagem e uso da Libras enquanto primeira língua do indivíduo surdo é ferramenta essencial e determinante para a aprendizagem significativa do português escrito, promovendo-se, assim, letramento no sentido mais completo possível.

O processo de alfabetização da criança surda precisa considerar a Libras como primeira língua das pessoas surdas. A Libras é o ponto de partida para este processo e para a compreensão da língua portuguesa na modalidade escrita. Então, é de fundamental importância que professores e professoras utilizem sinais, a datilologia, imagens que estimulem os aspectos visuais-gestuais das pessoas surdas.

Na questão que tratava sobre o processo de inclusão da estudante, a docente respondeu: *“Minha maior preocupação está voltada para a falta de habilidades na comunicação por Libras, fato este que poderá dificultar o aprendizado da aluna, e não ter um resultado satisfatório no final do ano, tendo em vista que a mesma requer uma atenção maior da minha parte como professora. Porém, diante de algumas circunstâncias não consigo passar alguns conteúdos que venham atender todas as necessidades que a educanda necessita”*.

O desconhecimento das Libras, sobre a cultura surda, bem como de métodos de ensino para pessoas surdas por parte da docente, acrescentada da ausência de um intérprete, compromete a inclusão escolar da aluna. A inclusão escolar de surdos acontece quando:

(...) o processo através do qual a escola se adapta para que esses indivíduos tenham seus direitos respeitados ao ingressar na escola, podendo dela participarem, sem restrições, condições, imposições e prejuízos. Desse modo, entende-se que, para os surdos, participação plena implica em acesso às informações, normas, conhecimentos, atividades, etc. (SANTIAGO, LEITE, LEITE, 2015, p.23).

Deste modo, para que a aluna surda possa estar incluída é necessário que a escola fale a sua língua interagindo com ela. Ainda nas observações percebemos que a professora falava sem olhar para a aluna que, sentava no fim da sala e também não prestava atenção na docente, mas somente repetia o comportamento dos colegas. Apesar da sala de aula estar decorada com letras e números nas paredes, o alfabeto em Libras estava distante da aluna, ou seja, do outro lado da sala, com relação ao local que esta sentava.

Observamos ainda que, a aluna surda realizava atividades de pintura e associação. Identificamos uma aluna que interagiu com a aluna surda e a auxiliava nas atividades, demonstrando cuidado e preocupação com a colega surda. As meninas utilizavam gestos para se comunicarem.

Como veremos a seguir é no Atendimento Educacional Especializado – AEE, que a aluna tem algumas oportunidades reais de aprendizagem por meio da Libras.

Nas respostas do questionário, no que se refere às potencialidades e dificuldades identificadas na aluna, a professora do AEE afirma que: *“Seu interesse em aprender contribui*

no seu desenvolvimento, dificuldades em estar em contato com seus pares para que esse universo surdo seja desbravado. Faz-se necessário que a mesma possua um sinal em Libras para que possa ser identificada na comunidade surda de sua cidade”.

O relato da professora de AEE apresenta que a aluna surda apresenta potencialidades que é o interesse para a aprender e como dificuldades não estar em contato com os integrantes da comunidade surda local. Como conhecedora da Libras a preocupação da professora de AEE acontece em razão da comunicação em Libras e o contato com os pares potencializar a aprendizagem dos estudantes surdos e da cultura surda. No AEE a aluna tem contato com outros alunos surdos, tem contato com a Libras e tenta se comunicar com a professora e os colegas surdos.

No que se refere as necessidades específicas da aluna surda, a professora de AEE, afirma que é necessário *“Trabalhar com a Libras em todas as situações do dia a dia. Espaços sinalizados em Libras para uma maior expansão de seus conhecimentos”.*

A professora evidencia a importância do trabalho com a Libras e o seu uso no cotidiano através de espaços que apresentem e estimulem o contato com esta língua.

A professora do AEE conhece a Libras e realiza os atendimentos com base na língua de sinais. Deste modo, “os sujeitos surdos que têm acesso à língua de sinais e participação da comunidade surda possuem maior segurança, autoestima e identidade sadia” (Strobel, 2016, p.54).

Ao questionarmos sobre as atividades que são realizadas no AEE, a professora afirmou que: *“As atividades ofertadas são sempre visual, em Libras e com a escrita em português e a datilologia. No plano de AEE traço as metas e objetivos a serem alcançados pela aluna”.* As atividades realizadas no AEE contemplam a Libras como ponto de partida e a exploração do visual, como também o ensino da língua portuguesa na modalidade escrita. Neste contexto, Alves e Araújo afirmam que:

O AEE para o ensino de Língua de Sinais (AEE de LIBRAS) tem como objetivo o ensino desta língua, tornando o aluno com surdez um usuário em potencial da língua em questão. O AEE em Libras possibilita através do canal de comunicação primeiro para as PS, que é a Língua de Sinais, o acesso aos conceitos e conhecimentos curriculares trabalhados em classe comum. O objetivo do AEE para o ensino de Língua Portuguesa é desenvolver a competência linguística e textual nos alunos com surdez para que eles sejam capazes de aprender a ler e escrever, compreendendo o que estão lendo e escrevendo, isto requer sistematização e sequência do atendimento, pois o aprendizado de uma língua exige um exercício constante (ALVES; ARAÚJO, 2012, P. 8-9).

Nesta direção, a elaboração dos planos de atendimentos e a prática do AEE precisam contemplar os três momentos didático-pedagógicos propostos. Foi observado que a professora do AEE ensina a criança surda pautada no planejamento que tem por base os três referidos momentos. Ela utiliza a libras como ponto de partida, parte de um contexto, utiliza imagens, ensina a língua de sinais e também a língua portuguesa.

A professora de AEE, afirma com relação a participação da aluna surda e os avanços no seu desenvolvimento escolar que: *“Sim, ela é inteligente, aprende rápido a Libras quando há envolvimento afetivo com o conteúdo”*. A professora vê avanços no desenvolvimento escolar da aluna devido a sua participação e assiduidade nos atendimentos na sala de recursos multifuncionais. Ela está aprendendo a Libras juntamente com alguns pares. A professora conhece a Libras e a ensina para a referida aluna e para os demais. Ela utiliza cartões com desenhos, imagens e gravuras acompanhadas dos sinais. Este dado corrobora com Santiago e Pereira (2015, p.57): *“as questões metodológicas devem estar consoantes com a forma que o aluno surdo aprende, explorando ao máximo os recursos viso-espaciais”*. Deste modo, os surdos podem aprender melhor dentro de um contexto, em que as metodologias contemplem suas experiências visuais e espaciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa permitiu evidenciar que a inclusão da aluna surda na escola ainda enfrenta desafios. A utilização da Libras no cotidiano da escola ainda é inexistente, ficando restrita apenas ao momento do AEE que é realizado no contra turno. O contato com os pares ainda não acontece no âmbito da escola regular, ficando também esta ação restrita ao AEE. Neste contexto, o trabalho realizado na sala de recursos vem tentando dá conta de atender as necessidades da aluna, tendo em vista a utilização da Libras, a metodologia utilizada com base nos três momentos didático-pedagógicos, utilizado na alfabetização da pessoa surda.

Por fim, para que a inclusão desta aluna surda aconteça na escola como um todo são necessárias ações que envolvam toda a escola, tendo por base a aprendizagem da língua de sinais, a sua utilização, o contato surdo-surdo, surdo-ouvinte através da Libras, o respeito para com a diferença surda e a compreensão sobre a cultura surda.

Faz-se necessário o engajamento de todos na luta do processo de inclusão, pois incluir é conviver com a diferença que cada um traz em si. As leis precisam ser revistas e cumpridas. Mudanças precisam acontecer para que a inclusão possa de fato ser uma realidade plena.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wolney Gomes. **Introdução à língua brasileira de sinais**. Ilhéus: UAB/UESC, 2013.

ALVES, Carla Barbosa. ARAÚJO, Maria Isabel de. **Estudo de caso**: atendimento educacional especializado para aluno com surdez na escola comum. In: V SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL/IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR. 2012, Minas Gerais, Anais: http://www.cepae.faced.ufu.br/sites/cepae.faced.ufu.br/VSeminarario/trabalhos/90_2_2.pdf / 2Minas Gerais, p. 1-17.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 2011.

BRASIL. Lei nº 839, de 14 de julho de 1857. Cria o Imperial Instituto de Surdos-Mudos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/imperial/instituto.htm. Acesso em: 14 maio 2018.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> Acesso em: 27 maio. 2018.

_____. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em: 22 abr. 2018.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial, 2008.

_____. Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 09 abr. 2018.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado**: pessoa com surdez. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

DORZIAT, Ana; LIMA, Niedja Maria; ARAÚJO, Joelma Remígio de. A inclusão de surdos na perspectiva dos estudos culturais. **Revista espaço**, Rio de Janeiro, n.28, p.16-27, jul-dez, 2007.

DORZIAT, Ana. O direito dos surdos à educação: que educação é essa? In: DORZIAT, Ana. (Org.). **Estudos Surdos: diferentes olhares**. Porto Alegre: Mediação, 2011. p.19-60.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre estas experiências. **Caderno Cedes**, vol 26, n. 69, p. 163-184, maio-ago, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a14v27n94.pdf> Acesso em: 12 maio 2018.

PEREIRA, Douglas; ALVES, Jozineuma; CHAVES, Maria Tereza. Inclusão educacional e alfabetização de surdos: algumas reflexões. In: SANTIAGO, Sandra Alves da Silva (Org). **Problematizando a inclusão do estudante Surdo: da educação infantil ao ensino superior**. João Pessoa: CCTA, 2015. p.149-161.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTIAGO, Sandra; LEITE, Nathaly Silva; LEITE, Beatriz Silva. In: SANTIAGO, Sandra Alves da Silva (Org). **Problematizando a inclusão do estudante Surdo: da educação infantil ao ensino superior**. João Pessoa: CCTA, 2015. p.15-30.

_____; PEREIRA, Douglas. A especificidade do trabalho pedagógico com alunos surdos. In: SANTIAGO, Sandra Alves da Silva (Org). **Problematizando a inclusão do estudante Surdo: da educação infantil ao ensino superior**. João Pessoa: CCTA, 2015. p.47-63).

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: CORDE, 1994.